

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

1. ABERTURA: Nos dias 25 e 26 de junho de 2025, foi realizada de modo híbrido (virtualmente, pela Plataforma Microsoft Teams e, presencialmente, no Auditório Ipê Amarelo do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA), a 75ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO.

Estavam presentes os membros: **Bráulio Ferreira de Souza Dias**, Diretor do Departamento de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade - DCBIO/SBIO/MMA; **Alessandro Cruvinel Fidelis e Luis Gustavo Asp Pacheco** do Ministério da Agricultura e Pecuária - MAPA; **Bruno Marangoni Martinelli** do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI; **Maria Aldete Fonseca** do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA; **Sandra Silvestre de Souza** do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA; **Leandro Magalhães Silva de Sousa** do Ministério das Relações Exteriores – MRE; **Amanda Amaral Abrahão** do Ministério da Saúde – MS; **Maria Izabel Soares Gomes da Silva e Rodrigo Antonio de Agostinho Mendonça** do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **Marcelo Marcelino de Oliveira e Marília Marques Guimarães Marini** do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; **Leonardo Tavares Salgado** do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro – JBRJ; **Paul Joseph Dale** da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA; **Carlos Alfredo Joly** da Academia Brasileira de Ciências – ABC; **Daniela Carneiro Maximo de Oliveira e Gustavo Taboada Soldati** do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – CONDRAF; **Francilourdes Gonçalves dos Santos** do Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais – MPP; **Nelson Ananias Filho** da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; **Mário Augusto de Campos Cardoso e Júlia Moreira Pupe** da Confederação Nacional da Indústria – CNI; **Brenda Hellen Izidio de Paiva Jerez** da Rede Brasileira de Jovens pela Biodiversidade - GYBN Brazil; **Gustavo Rodrigues de Souza** da Conservation International do Brasil, eleita para o bioma Amazônia; **Francisco Carneiro Barreto Campello** da Fundação Araripe, eleita para o Bioma Caatinga; **Isabel Benedetti Figueiredo** do Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN, eleito para o bioma Cerrado; **Alexandre José Diehi Krob** do Instituto Curicaca, eleito para o bioma Pampa; **Simone Fraga Tenório Pereira Linares** do Instituto de Pesquisas Ecológicas - IPÊ, eleito para o bioma Pantanal; **Michel de Souza Rodrigues dos Santos** do Fundo Mundial para a Natureza WWF - Brasil, eleito para a Zona Costeira e Marinha;

2. APROVAÇÃO DA PAUTA.

A Pauta foi aprovada com os seguintes itens e distribuição de temas:

1 – Abertura

2 – Aprovação da Pauta

3 – Aprovação da Ata da 74ª Reunião Ordinária da CONABIO

4 – Apresentação do Parecer MMA sobre as contribuições da CONABIO às propostas de atualização das Listas Nacionais de Espécies Ameaçadas de Extinção

5 - Apreciação de proposta de criação de Grupo de Trabalho para a construção de uma Estratégia Nacional para a Conservação, Restauração e Uso Sustentável dos Campos Naturais Brasileiros

6 - Apresentação dos resultados preliminares da Auditoria Operacional do TCU sobre a Meta 18

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

7 - Apresentação decreto EPANB

8 - Discussão sobre a necessidade de pesquisa e incentivos econômicos para o manejo do pau-brasil e outras espécies de interesse econômico

9 – Palavra aberta aos membros

10 – Encerramento

3. APROVAÇÃO DA ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONABIO

A Ata foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

4. APRESENTAÇÃO DO PARECER MMA SOBRE AS CONTRIBUIÇÕES DA CONABIO ÀS PROPOSTAS DE ATUALIZAÇÃO DAS LISTAS NACIONAIS DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO

Após a apresentação do parecer MMA, foi aberto para discussões. Com a participação de diversos órgãos, como o ICMBio, o MMA, o JBRJ, o IBAMA, o MRE, a CNI, o MPA, a ABEMA e o CONDRAF, a atualização das listas nacionais de espécies ameaçadas foi discutida. O debate abrangeu temas como a aplicabilidade de avaliações regionais, a necessidade de alinhamento com a metodologia da IUCN e a importância da parceria com os estados para harmonizar as listas. Foi levantada a questão da transparência e atualização de dados no portal SALVE e a publicação de listas em portarias novas, uma para cada grupo avaliado. A situação de algumas espécies foi discutida, como o *Dipteryx ferrea* (Cumaru-ferro) e a *Comanthera elegans* (sempre-viva). No caso da sempre-viva, o CONDRAF contestou a categorização, defendendo que o manejo por populações tradicionais contribuía para a conservação. O JBRJ e o MMA concordaram em reavaliar a espécie, alterando sua classificação de "em perigo" para "vulnerável". No entanto, o CONDRAF se absteve na votação do Artigo 1º e Parágrafo Único da Resolução das Espécies Ameaçadas, pois alegou não ter tido tempo hábil para analisar a nova ficha técnica da espécie. O debate também incluiu a articulação entre as listas nacionais e estaduais, a necessidade de capacitação dos estados e a coordenação com a CITES. Ao final, foi colocada em votação uma proposta de deliberação para a nova lista, que incluía as espécies não contestadas e aquelas cujas contestações foram consideradas improcedentes, com ajustes finais no texto para maior clareza.

5. APRECIÇÃO DE PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS CAMPOS NATURAIS BRASILEIROS

O MMA propôs a deliberação sobre a criação de um grupo de trabalho para elaborar uma estratégia nacional de conservação e uso sustentável dos campos naturais. Uma representante da Secretaria de Meio Ambiente de São Paulo, em nome de oito estados, apresentou a proposta, destacando a importância da biodiversidade e a negligência histórica das políticas públicas com os ecossistemas não-florestais. Após a apresentação, foi aberto o debate para comentários, com representantes do MDA, do ICMBio, da Fundação Araripe, do Instituto Curicaca, da ABEMA e do CONDRAF elogiando a iniciativa e sugerindo a inclusão de temas como o uso sustentável, o pastoreio e o papel dos povos e comunidades tradicionais. A minuta de resolução para a criação do grupo de trabalho foi lida e discutida artigo por artigo. A composição do grupo gerou o maior debate. Foram incluídos representantes do IBAMA, do Serviço Florestal

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

Brasileiro e do MDA, a pedido dos respectivos órgãos. A lista de ONGs e de pesquisadores a serem incluídos no grupo foi alvo de intensos debates. A representante do MDA foi contrária à alteração da redação do inciso referente à composição das ONGs e também à inclusão da SBPC, visto que já está prevista a participação da ABC, no GT de Campos Naturais. O Sr. Carlos Alfredo Joly, da ABC, pediu que fosse registrado em ata, repúdio em relação a fala da Sra. Simone Tenório do IPE, que teria dito que as instituições acadêmicas (ABC e SBPC) eram "burocráticas e lentas". A Sra. Simone também solicitou inclusão em ata seu esclarecimento, que não questionou a importância das instituições, mas sim sua agilidade e participação em outras esferas, citando a própria falta de presença da SBPC nas reuniões da CONABIO. Por fim, após várias propostas de alteração e votações, a redação final do texto foi aprovada.

6. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES DA AUDITORIA OPERACIONAL DO TCU SOBRE A META 18

O Tribunal de Contas da União (TCU) apresentou uma auditoria preliminar sobre a Meta 18 do Marco Global de Kunming-Montreal, que visa reformar ou eliminar subsídios prejudiciais à biodiversidade. O relatório do TCU apontou a ausência de um processo formal para identificar esses subsídios, a falta de coordenação entre os órgãos do governo e a baixa prioridade política do tema. A auditoria destacou fragilidades institucionais, como a natureza consultiva da CONABIO, que não tem poder deliberativo para tomar decisões vinculantes em temas complexos. Em suas propostas de encaminhamento preliminares, o TCU sugere que o MMA apresente um plano de ação para a identificação e revisão de subsídios. O órgão também recomendou que o Ministério do Planejamento e Orçamento, a Casa Civil e outros órgãos incluam critérios ambientais em suas avaliações. Durante o debate, representantes do MMA, CNI, Conservation International, ABC, WWF Brasil, Instituto Curicaca, MRE e MDA comentaram a auditoria. Foi mencionada a necessidade de que a questão se torne uma política de governo, e não apenas uma atribuição do MMA. Também foi discutida a possibilidade de tornar a CONABIO um órgão deliberativo para fortalecer sua atuação. A auditoria foi elogiada, e a Secretaria Executiva da CONABIO informou que elaborará uma proposta para a criação de um grupo de trabalho ou subcomissão, com a participação de diferentes setores, a fim de desenvolver o plano de ação solicitado pelo TCU. O Instituto Curicaca propôs que a CONABIO se torne um órgão deliberativo, e a sugestão foi aceita para ser discutida em reuniões futuras.

7. APRESENTAÇÃO DECRETO EPANB

O MMA, por meio de sua Secretaria Executiva, anunciou o Decreto nº 12.485, que formaliza a Estratégia e o Plano de Ação Nacionais para a Biodiversidade (EPANB). O decreto estabelece a EPANB como um instrumento de planejamento federal para cumprir os compromissos com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). A CONABIO será o órgão central de recomendação e acompanhamento da estratégia. O MMA será o responsável por coordenar a implementação e o monitoramento, enquanto outros ministérios, como o da Fazenda, o MAPA e o MDA, além do MMA, deverão executar as ações do plano. O plano de ação federal será publicado em até 90 dias e contará com a colaboração do IBGE e do IPEA na definição de indicadores. O MMA também buscará estimular os estados e municípios a alinharem suas estratégias

Ata 75ª Reunião Ordinária da CONABIO

com a nacional e estabelecer parcerias com a sociedade civil. As despesas de financiamento virão do orçamento da União e de outras fontes. Um representante da CNI perguntou se o plano seria apresentado à CONABIO, e o MMA respondeu que a apresentação será apenas um informe, mas que os planos de monitoramento, financiamento e comunicação serão discutidos com o comitê. O MAPA confirmou a colaboração de sua equipe no desenvolvimento dos indicadores.

8. CRIAÇÃO DE UM GT PARA A ESTRATÉGIA NACIONAL DE CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DO PAU-BRASIL

A Secretaria Executiva do MMA retomou a discussão sobre o Pau-Brasil, destacando a preocupação com a exploração ilegal da espécie. O MMA, com base em dados do IBAMA, informou que há exploração ilegal mesmo em áreas de conservação, e que plantios inadequados da espécie são usados para "esquentar" o comércio ilegal. O Itamaraty e o MMA apoiam a proposta do IBAMA de transferir o Pau-Brasil para o apêndice 1 da CITES, o que tornaria seu comércio internacional mais rigoroso. O MMA também mencionou a necessidade de incentivos para o plantio de qualidade e pesquisas sobre espécies alternativas para a fabricação de arcos de violino, como o ipê, e citou a situação do Cumaru, cuja instrução normativa pode ser revisada pelo IBAMA caso a espécie seja reclassificada para um nível de risco menor. O MMA sugeriu que a CNI coordenasse a elaboração da proposta do grupo de trabalho, sugerindo um escopo inicial focado no Pau-Brasil e em espécies substitutas. A sugestão foi aceita pela CNI durante a reunião, ficando acordado que a proposta seria apresentada na próxima reunião da CONABIO.

9. PALAVRA ABERTA AOS MEMBROS

O MAPA informou que está em fase de constituição de um comitê gestor para a Política Nacional da Conservação e Uso Sustentável para Recursos Genéticos para a Alimentação e Agricultura. O órgão esclareceu que o texto final da portaria está sob avaliação do MMA e do MDA. O MAPA sugeriu ainda que a questão da madeira de jacarandá da Bahia poderia ser um bom tema para um futuro grupo de trabalho. O MMA agradeceu e solicitou ao MAPA que indicasse a equipe que faria uma apresentação sobre a Política Nacional e o TIRFFA em uma próxima reunião da CONABIO. Ao final, o MMA encerrou a reunião agradecendo a todos e destacou os avanços alcançados, como a aprovação da atualização da lista de espécies ameaçadas e a criação de um grupo de trabalho para a conservação e uso sustentável de campos naturais. Por fim, o MMA ressaltou que um plano para atender à demanda do TCU será elaborado e deliberado na próxima reunião. O MRE sugeriu o início de discussão, dentro da CONABIO, para estabelecer processo inclusivo e participativo para apresentação de propostas para a Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies Silvestres Ameaçadas de Extinção (CITES). A proposta contou com apoio do IBAMA.

10. ENCERRAMENTO:

Não havendo mais manifestações dos membros, a Sr. **Bráulio Ferreira de Souza Dias** (MMA) agradeceu a presença e colaboração de todos e encerrou a reunião.